
arquivos analíticos de políticas educativas

Revista acadêmica, avaliada por pares,
independente, de acesso aberto, e multilíngüe



aape | epaa

Arizona State University

Volume 26 Número 39

19 de março de 2018

ISSN 1068-2341

Acesso à Educação Superior: o ProUni em Foco

Vera Lucia Felicetti
Universidade La Salle
Brasil



Alberto F. Cabrera
Maryland University
Estados Unidos

Citação: Felicetti, V. L. & Cabrera, A. F. (2018) Acesso à Educação Superior: O ProUni em foco. *Arquivos Analíticos de Políticas Educativas*, 26(39). <http://dx.doi.org/10.14507/epaa.26.3289>

Resumo: O foco deste artigo é o acesso à Educação Superior (ES) no Brasil e o Programa Universidade para Todos (ProUni). A pesquisa teve por objetivos identificar se o ProUni está cumprindo com o propósito de oportunizar o acesso à ES a estudantes de grupos vulneráveis, e se há diferenças nas características iniciais dos egressos ProUni e não ProUni quando do ingresso na ES. Foi usada abordagem quantitativa com objetivo explicativo e estatística descritiva e de inferência na análise. Os participantes foram 57 bolsistas e 140 não bolsistas ProUni já egressos de uma Instituição Comunitária do Sul do Brasil ingressantes nela em 2005. Os resultados mostram que: o ProUni proporcionou o acesso a estudantes de uma faixa etária mais jovem à dos que não foram bolsistas; oportunizou o ingresso de um contingente maior de mulheres e teve uma proporção maior de não brancos em relação aos não bolsistas; entre os bolsistas ProUni, 12,28% tinham renda *per capita* mensal superior a três salários mínimos; ingressantes ProUni tiveram propensão maior a escolherem cursos de licenciatura; e os egressos não ProUni tenderam a ser mais motivados por fatores intrínsecos e os ProUni por fatores extrínsecos quando da escolha do curso.

Palavras-chave: Educação Superior; Acesso; Egresso; ProUni

Access to higher education: ProUni in focus

Abstract: The focus of this article is the access to Higher Education in Brazil and the University for All Program (ProUni). The research aimed to understand if ProUni is complying with its objective of creating opportunities to students from vulnerable groups for accessing Higher Education, and if there are differences in the baseline characteristics of ProUni graduates and non-ProUni graduates when admitted in a Higher Education. Using a quantitative approach with explanatory goal, data were analyzed via descriptive and inference statistics. Survey participants included 57 ProUni and 140 non-ProUni graduates; all were already Higher Education graduates from a non-profit institution in Southern Brazil and had accessed this level of education in 2005. The results show that ProUni provided access to Higher Education to a younger group of students than the non-ProUni group. The ProUni group also contained a larger number of women and a higher proportion of non-whites than the other group. Among ProUni scholarships, 12.28% had a *per capita* income higher monthly to three minimum wages and had a higher probability of choosing a licentiate/undergraduate degree. The graduates of the non-ProUni group tended to be more motivated by intrinsic factors, while the ProUni group is motivated by extrinsic factors when choosing courses.

Keywords: Higher Education; Access; Graduate; ProUni

El acceso a la Educación Superior: ProUni en foco

Resumen: El eje de este artículo es el acceso a la Educación Superior (ES) en Brasil y el Programa Universidad para Todos (ProUni). El estudio dirigido a identificar si ProUni está cumpliendo con el objetivo de crear oportunidades de acceso a la ES para estudiantes de grupos vulnerables, y si hay diferencias en las características basales entre los graduados que tuvieron e aquellos que no tuvieron la beca ProUni cuando ingresaron en la universidad. Fue utilizado enfoque cuantitativo con el objetivo explicativo. Los datos fueron analizados a través de estadística descriptiva e inferencia. Los participantes fueron 57 becarios y 140 compañeros no ProUni ya graduados de la ES de una institución comunitaria del sur de Brasil que ingresaron en ella en 2005. Los resultados muestran que ProUni proporciona acceso a los estudiantes de un grupo de edad más joven de los que no tenían la beca; ha proporcionado una oportunidad a la entrada de un mayor número de mujeres y tenían una mayor proporción de los no blancos en comparación con los no becarios; entre los compañeros ProUni, 12.28% tenían un ingreso per cápita mensual más alto de tres salarios mínimos; estudiantes de primer año ProUni tienen una mayor propensión a elegir los cursos de grado; graduados no ProUni tendían a estar más motivados por factores intrínsecos que ProUni mientras éstos estaban más motivados por factores extrínsecos al elegir el curso.

Palabras-clave: Educación Superior; Acceso; Graduado; ProUni

Introdução

A Educação Superior tem papel fundamental na transformação da sociedade, uma vez que contribui, ou pelo menos deveria contribuir, em todas as áreas profissionais e âmbitos da população, com pessoas preparadas a exercerem com competência diferentes funções e/ou atividades para as quais foram preparadas.

Nesta acepção, Felicetti (2011, p. 223) cita, em uma de suas pesquisas, as falas de egressos da Educação Superior que foram bolsistas ProUni: “[...] pessoas com formação superior ajudam a cidade a ficar melhor, modificam o meio onde vivem, as pessoas ficam mais educadas”, principalmente, segundo a autora, porque um bom número de egressos desse grau de ensino atua nos demais âmbitos educacionais, como professores, por exemplo (Felicetti, 2012), denotando, assim, um caminho cíclico no íterim educacional.

Não se está aqui, entretanto, querendo remeter toda a responsabilidade de desenvolvimento ou melhorias necessárias a um país aos egressos da Educação Superior, tampouco aos professores nela formados, mas o que se quer conjecturar é que pessoas mais bem-educadas podem contribuir positivamente para mudanças na sociedade. Isso pode ocorrer, pois se espera dos graduados o aumento da capacidade de crítica, de análise e sentido de justiça social. Espera-se que saibam não somente exercer com competência o ofício para o qual foram preparados, muito menos apenas identificar o certo ou errado, mas, principalmente, fazer o certo: ser justo, responsável e coerente com os valores e princípios norteadores de qualquer formação educacional. Supõe-se que pessoas com maior capacidade argumentativa e conhecimento possam ser seres humanos, cidadãos e profissionais melhores, embora isso, muitas vezes, não aconteça.

Presume-se que uma formação em âmbito superior possa abrir portas não somente para o conhecimento, mas também para a cidadania; que o conhecimento adquirido, bem que ninguém pode tirar, possa fazer a pessoa sentir-se valorizada, confiante e motivada a enfrentar as dificuldades e fazer-se respeitada pelas classes mais favorecidas (Felicetti, 2011; Felicetti; Morosini & Somers, 2013).

Sabe-se, historicamente, que para estudantes oriundos de classes mais favorecidas economicamente o acesso à Educação Superior não foi e ainda não é problema em virtude das “características iniciais” que os contemplam, entre elas as socioeconômicas. Estas têm papel preponderante quando se trata de Educação Superior, uma vez que o poder aquisitivo está associado às oportunidades de preparo no que concerne ao ingresso nesse grau de ensino, tais como o acesso às melhores escolas e diferentes cursos preparatórios. Por outro lado, estudantes pertencentes às classes menos favorecidas economicamente estão à mercê do oferecido pela educação pública, em questão aqui a brasileira, a qual vem provando ao longo dos anos não estar respondendo aos anseios da sociedade, e muito menos preparando seus estudantes para competir igualmente com seus pares ao acesso universitário e ao mercado de trabalho.

Diante da fragilidade na base da formação educacional oferecida na rede pública nos níveis que precedem a universidade, o acesso a ela tem sido um desafio para uma boa parcela da população brasileira, em especial àquela com as piores “características iniciais”; estas correspondem às dificuldades ou barreiras que uma pessoa tem, independente do seu querer. Roemer (1998) identifica as “características iniciais” como sendo sexo, idade, raça/etnia, deficiências, família ou aspectos socioeconômicos.

No contínuo da relevância da formação em nível superior, tem-se o Plano Nacional de Educação (PNE), decênio 2014-2024 (Brasil, 2014). Este objetiva, na sua Meta 12, elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta. Para tanto, a Meta 12 do PNE tem, entre suas 21 estratégias, a de número 5, que visa a ampliar as políticas de inclusão e de assistência estudantis voltadas aos estudantes de instituições públicas, aos bolsistas de instituições privadas de Educação Superior, bem como aos beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies). Com isso, objetiva-se reduzir as desigualdades étnico-raciais e ampliar as taxas de acesso e permanência na Educação Superior de estudantes oriundos da escola pública, indígenas, afrodescendentes e estudantes com deficiência, altas habilidades ou superdotação e transtornos globais do desenvolvimento (Brasil, 2014).

A Meta mencionada é justificável, pois dos 28,6% da população brasileira com idade entre 18 e 24 anos, que encontravam-se estudando em 2013, apenas 15,7% pertenciam ao Ensino Superior (IBGE, 2013). Diante do pretendido na Meta 12 e do percentual apresentado, observa-se a relação entre o objetivado na Meta e a realidade brasileira, ou seja, há necessidade do aumento do acesso a esse grau de ensino, associando a ele a igualdade de oportunidades. Evidencia-se, assim, que a distribuição dos gastos educativos quanto ao acesso a esse nível de ensino deve vir a compensar as

possíveis “características iniciais” dos candidatos à Educação Superior. A variação da renda, portanto, é um aspecto importante a ser considerado quando da formulação de programas e políticas que objetivam a ampliação do acesso às classes mais altas de escolaridade (Andrade, 2012).

Nesta direção, o Programa Universidade para Todos (ProUni), Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, é destinado à concessão de bolsas¹ integrais ou parciais a brasileiros sem diploma, para estudarem em instituições privadas de Educação Superior, sendo estas com ou sem fins lucrativos. Conforme o artigo 1º, §§ 1º e 2º, da Lei Nº 11.096, a bolsa integral é concedida a brasileiros com renda familiar mensal *per capita* que não exceda o valor de até um salário-mínimo e meio. Para as bolsas parciais (50% ou 25%), a renda familiar mensal *per capita* não deve exceder ao valor de até três salários-mínimos, mediante critérios definidos pelo Ministério da Educação (Brasil, 2005).

O ProUni surge ante a demanda pelo acesso à Educação Superior, bem como pelas vagas ociosas nesse nível de ensino em instituições não públicas, uma vez que estas correspondiam a 89,3% das 2.165 Instituições de Ensino Superior (IES) existentes no Brasil em 2005 (INEP, 2005).

As Instituições de Educação Superior privadas brasileiras têm importante papel no cenário educacional do país, e, junto a elas, o ProUni, pois este proporciona a uma parcela populacional o acesso à universidade que, sem ele, não teria.

Diante da tríade Educação Superior, acesso e ProUni, este artigo tem as seguintes questões de pesquisa: o ProUni está cumprindo com o objetivo de criar oportunidades de acesso ao Ensino Superior a estudantes oriundos de grupos vulneráveis? Existem diferenças nas “características iniciais” dos egressos ProUni e não ProUni quando do ingresso na Educação Superior? Respostas a tais questões correspondem aos resultados da primeira² parte das análises realizadas junto a um banco de dados proveniente das respostas de egressos da Educação Superior ingressantes em uma IES Comunitária do Rio Grande do Sul em 2005.

Aporte Teórico

A temática do acesso à Educação Superior vem sendo estudada no contexto brasileiro sob diferentes perspectivas. Entre elas, perspectivas históricas relacionadas à legislação federal acerca da temática (Almeida, 2006); estudos envolvendo grupos específicos, tais como deficientes visuais (Carvalho, 2001), classe operária (Barbosa, 2012), minorias étnicas (Maia, 2007; Gianezini, 2014); acesso via Educação a Distância (Carneiro, 2006; Lordsleem, 2011); programas de avaliação para o acesso – como o Sistema de Avaliação do Ensino Médio (Saem) de Santa Catarina (Schlichting, 2002), o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) (Santos, 2013), vestibulares (Baroni, 2010; Russo, 2015); programa de Financiamento Estudantil (Fies) para estudantes matriculados em cursos superiores não gratuitos (Corcini, 2007); sistemas de cotas (Maia, 2007) – e estudos que abordam o Programa Universidade para Todos.

Este Programa, que entrou no seu 13º aniversário em 2017, vem, ao longo de sua existência, gerando inúmeros debates e diferentes pontos de vista. Para diversos autores, o ProUni promove mais do que o acesso e inclusão à Educação Superior de uma camada da população que, sem ele, não teria como ingressar (Carvalho, 2011; Feldman, 2010; Lima, 2007; Reis, 2008; Silva, 2006); ele também contribui para que jovens brasileiros alcancem suas metas de vida, ampliem seus conhecimentos, consigam crescimento pessoal e profissional e uma boa inserção no mercado de

¹ Bolsa de estudo refere-se às semestralidades ou anuidades escolares fixadas com base na Lei nº 9.870, de 23 de novembro de 1999.

² Este artigo corresponde a primeira análise realizada com os dados do projeto intitulado Bolsistas ProUni e Não ProUni ingressantes no Ensino Superior em 2005 em uma IES: Onde e como estão os egressos?

trabalho. Além disso, proporciona o desenvolvimento do capital social e amplia redes de relacionamento, uma vez que convivem no meio acadêmico com pessoas de outras classes sociais (Ferreira, 2009). Se, por um lado, o ProUni é destacado por estar proporcionando o acesso à Educação Superior, por outro ele é criticado por não ser suficiente para a permanência do estudante no meio acadêmico até a integralização do curso (Rodrigues, 2008). Autores como Oliveira (2012) e Silva (2011) apontam a necessidade de políticas públicas e diretrizes voltadas às instituições de Ensino Superior aderentes ao Programa, de modo a proporcionar a permanência dos bolsistas na instituição. Mello (2007) ainda ressalta a necessidade de políticas voltadas à Educação Básica pública para melhorar a qualidade do ensino nesse nível, possibilitando aos alunos oriundos dela a competirem igualmente com seus pares das escolas privadas a uma vaga em IES pública.

Também há estudos que sinalizam o Programa como uma operação de salvamento de IES privadas, como modo de redução do financiamento público em detrimento do privado como uma alternativa geradora de lucros, e ainda destacam ser uma forma de mascarar os interesses internacionais (Almeida, 2006; Benitez, 2007).

O ProUni ainda é estudado sob diferentes perspectivas, algumas envolvendo uma diversidade de sujeitos, focos de investigação, como bolsistas (Mongim, 2010; Pereira Filho, 2011), gestores (Krames, 2010), professores (Rodrigues, 2008), egressos (Costa, 2012; Felicetti, 2011; Oliveira, 2012) e outros de cunho documental (Carvalho, 2011; Gonçalves de Sousa, 2008; Marinelli, 2010; Oliveira, 2007; Rocha 2009). Estudos envolvendo aspectos relacionados às “características iniciais” dos ingressantes na Educação Superior, entretanto, são incipientes no Brasil, em extensão estudos envolvendo ingressantes ProUni (Felicetti, 2011), bem como comparando estes com ingressantes não ProUni.

Em países como os Estados Unidos, por exemplo, os aspectos voltados às “características iniciais” dos estudantes universitários vêm sendo estudados por diferentes autores ao longo do tempo, e têm mostrado que o resultado de uma formação acadêmica é afetado por uma série de características que envolvem o acesso à universidade, não somente a prova de admissão (Astin, 1977, 1993; Feldman & Newcomb, 1969; Pascarella & Terenzini, 1991). Segundo esses autores, muitas das características referentes ao acesso estão relacionadas ao ambiente no qual os estudantes estão. Deste modo, há necessidade de avaliar o ambiente tanto interno quanto externo à universidade durante o percurso acadêmico do aluno, assim como as “características iniciais” de sua entrada, para poder, então, avaliar os resultados da Graduação.

Estudar o impacto da Graduação requer uma estrutura conceitual, a qual é fornecida pelo Modelo *Input, Environment, Outputs* – I.E. O de Astin (1991), que envolve acesso, ambiente e saída. O modelo de Astin descreve o aluno no ponto de acesso, observa aspectos ambientais e experiências educacionais do estudante após o ingresso na faculdade e avalia resultados após o percurso acadêmico.

Nesta direção, este artigo apresenta uma análise envolvendo aspectos voltados às “características iniciais” de egressos da Educação Superior que ingressaram em uma IES Comunitária do Rio Grande do Sul em 2005.

Metodologia

Este estudo teve abordagem quantitativa com objetivo explicativo, e procurou responder os seguintes questionamentos: O ProUni está cumprindo com o objetivo de criar oportunidades de acesso ao Ensino Superior a estudantes oriundos de grupos vulneráveis? Existem diferenças nas “características iniciais” dos egressos ProUni e não ProUni quando do ingresso na Educação Superior?

A abordagem quantitativa se justifica pelo caráter dos problemas aqui delineados, que visam, por intermédio dos dados numéricos, a identificar, no perfil dos sujeitos pesquisados, aspectos capazes de contribuir e aprofundar o entendimento da realidade, explicando a razão e o “porquê” dos questionamentos supra-apresentados. Para Silva e Menezes (2001), estudos desse tipo normalmente assumem formas de pesquisa experimental e *ex post-facto*, sendo esta última a usada aqui, ou seja, esta investigação foi realizada com egressos da Educação Superior abordando aspectos quando do ingresso dos mesmos na universidade em 2005. Estudos do tipo *ex post facto* tentam entender e/ou esclarecer os aspectos que envolveram as variáveis em análise, possibilitando, assim, o desencadeamento de novos estudos (Kerlinger, 1984).

Os sujeitos participantes desta pesquisa são egressos de uma Instituição de Educação Superior Comunitária do Rio Grande do Sul – Brasil –, ingressantes nos diferentes cursos da Instituição em 2005. Ingressaram 3.967 alunos em 2005, dos quais 1.473 (37,13%) encontravam-se graduados em junho de 2014, quando esta pesquisa teve início.

Informações acerca do endereço de contato dos egressos foram fornecidas pela Instituição, como *e-mails* e telefones, sendo respeitados todos os critérios éticos de sigilo e respeito aos participantes. Não foi possível contatar 822 (55,8%) egressos,³ restando, assim, 651 (44,2%) possíveis participantes. Destes, com 186 (28,57%) sem registro de *e-mail* na IES, foram contatados inicialmente por telefone e convidados a responder o instrumento de pesquisa via *e-mail*. Dos contatados inicialmente por telefone, 75 (40,32%) forneceram seus *e-mails* e responderam ao instrumento. Dos 465 (71,43%) que tinham *e-mail* válido fornecido pela IES, somente 122 (26,24%) responderam ao instrumento de pesquisa, embora o mesmo tenha sido enviado diversas vezes. Assim, obteve-se o total de 197 questionários respondidos (30,28% dos 651 contatados). O procedimento de ligações telefônicas e (re)envio de *e-mails* ocorreu de agosto de 2014 a março de 2015, quando já esgotadas todas as possibilidades de contato. Esse percentual de respostas obtido está, de acordo com Marconi e Lakatos (2003), acima da média esperada de respostas a questionários enviados via correio eletrônico, a qual, segundo as autoras, gira em torno de 25%, sendo um percentual maior nos inicialmente contatados por telefone.

O instrumento de pesquisa correspondeu a um questionário que foi gerado no programa *Google Drive*, o qual fornece um *link* a cada instrumento produzido. Cada *link* foi associado ao código enviado aos egressos. Isto foi necessário, pois, muitas vezes, o respondente, na dúvida, envia o questionário mais de uma vez. Além disso, os pesquisadores puderam ter o controle de quem já havia respondido, evitando o envio de *e-mail* repetido, permitindo contatar por telefone quem ainda não havia respondido.

O questionário teve questões de caráter sociodemográfico e outras que envolviam as razões para a escolha do curso. As sociodemográficas envolveram sexo, idade, raça/etnia, ser bolsista ProUni ou não, a categoria administrativa da escola e o tempo nela estudado antes do ingresso na faculdade, o grau de estudo dos pais e a renda *per capita* mensal. A variável tempo e o tipo de escola onde os egressos concluíram a Educação Básica, ou seja, se a mesma foi pública ou privada, foi agrupada em dois valores: o primeiro, denominado “aplicável para ambos os grupos”, corresponde aos critérios exigidos pela Lei Nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005 (Brasil, 2005), que determina o critério de elegibilidade à bolsa ProUni: ter estudado o Ensino Médio somente em instituição pública ou com bolsa de estudos em instituição privada; o segundo – o valor “Não aplicável para ProUni” – corresponde aos respondentes que não preenchem os critérios da referida lei. A variável renda *per capita* quando do ingresso na Universidade foi agrupada em três valores, de modo a contemplar a mesma Lei Nº 11.096: renda *per capita* de até um salário mínimo e meio, codificada com 3; renda até

³ Telefones ou *e-mails* inválidos e sem telefones ou *e-mails*.

três salários mínimos, codificada com 2, e renda superior a três salários mínimos por mês, codificada com 1.

As variáveis que envolveram aspectos que influenciaram na escolha do curso foram referentes à: oportunidade de aprender coisas novas, enfrentar novos desafios, fazer algo útil para a sociedade, oportunidades oferecidas pelo mercado de trabalho, perspectivas profissionais, estabilidade profissional, reconhecimento profissional e remuneração salarial. Para estas foram atribuídos valores de acordo com as opções de formato de respostas na Escala *Likert*, envolvendo grau de concordância. Assim, *discordo totalmente* foi substituído por 1; *discordo parcialmente* por 2; *nem concordo nem discordo* por 3; *concordo parcialmente* por 4 e *concordo totalmente* por 5. Estas atribuições foram necessárias para poder calcular a média e desvio padrão quando necessário. Considerou-se, então, média máxima 5 em cada grupo de análise.

Como os questionários enviados corresponderam a *links* individuais, as respostas também foram salvas em arquivos individuais pelo *Google Docs*. Deste modo, as respostas foram exportadas e organizadas inicialmente na planilha *Excel* e, após, importadas pelo *Stata/IC13.1 – Statistics/Data Analysis*, pelo qual realizou-se análises estatísticas e de inferência pertinentes a este estudo (Acock, 2014).

Foi calculado o χ^2 (qui-quadrado) para testar a associação entre ser ou não ProUni e os níveis das variáveis presentes no instrumento de pesquisa. Para as questões que envolveram as razões para a escolha do curso, foi examinada a relativa contribuição de cada componente (cada questão) por meio da análise fatorial, que agrupa as variáveis latentes conforme o grau de consistência interna. O nível de confiabilidade da consistência interna de cada fator foi classificado em 5 escalas do Alpha de Cronbach assim distribuídas: muito baixa ($\alpha \leq 0,30$), baixa ($0,30 < \alpha \leq 0,60$), moderada ($0,60 < \alpha \leq 0,75$), alta ($0,75 < \alpha \leq 0,90$) e muito alta ($\alpha > 0,90$; Cronbach & Shavelson, 2004; Freitas & Rodrigues, 2005). O *T-test* foi usado após a identificação dos fatores para testar as possíveis diferenças nas médias dos mesmos entre os dois grupos ProUni e não ProUni. Os níveis de significância menores que 5% ($p < 0,05$) foram considerados significativos, e entre 5% e 10% (0,05 e 0,1) considerados indicativos de significância de acordo com Bós (2012).

Análise e Discussão dos Dados

Os resultados da análise do teste Qui-quadrado da relação entre os dois grupos, bolsistas e não bolsistas ProUni, com as variáveis sexo, idade, raça e renda *per capita* mensal quando do ingresso na universidade em 2005, constam na Tabela 1.

Os dados acerca da variável sexo indicam que a maioria dos ingressantes, em ambos os grupos, corresponde ao sexo feminino. No grupo de não ProUni o percentual foi de 57,14% (80), e entre os ProUni o percentual foi maior, com 63,10% (36). Não houve relação estatisticamente significativa para o sexo entre ser ProUni ou não, com $p=0,437$. Nesta direção, os dados apresentados pelo Sispruni (2015), referente a bolsistas por sexo, apontam o maior percentual de bolsistas para as mulheres, o qual correspondeu a 53% do total até o segundo semestre de 2014. As matrículas na Educação Superior brasileira em 2005 também indicam as mulheres com o maior número (INEP, 2005).

A participação feminina na Educação Superior tem aumentado nos últimos anos, fato que pode estar relacionado às mudanças que permeiam as representações femininas ocorridas no Brasil (Romanelli, 2010). Tais representações proporcionaram às mulheres maior participação no mercado de trabalho, na política e em outros âmbitos da sociedade, o que demanda maior qualificação, e, por extensão, a busca pela educação universitária (Aguiar et al., 2011).

Tabela 1

Sexo, idade, raça e renda per capita mensal quando da entrada na faculdade pelos egressos respondentes ProUni e não ProUni

Variável	Valores	Não ProUni	ProUni	Total	Associação entre ser ProUni ou não ProUni χ^2 , df
		Fr. (%)	Fr. (%)	Fr. (%)	
Sexo	Masculino	60 (42,86)	21 (36,84)	81 (41,12)	0,437
	Feminino	80 (57,14)	36 (63,10)	116 (58,88)	
	Total	140 (100)	57 (100)	197 (100)	
Idade	Menos de 25 anos	86 (61,43)	48 (84,21)	134 (68,02)	0,003
	Mais de 25 e menos de 35	24 (17,14)	7 (12,28)	31 (15,74)	
	Mais de 35	30 (21,43)	2 (3,51)	32 (16,24)	
	Total	140 (100)	57 (100)	197 (100)	
Raça	Não branco	17 (12,14)	9 (15,79)	26 (13,20)	0,493
	Branco	123 (87,86)	48 (84,21)	171 (86,80)	
	Total	140 (100)	57 (100)	197 (100)	
Renda per capita mensal quando do acesso à Universidade	Até um salário mínimo e meio	15 (10,71)	24 (42,11)	39 (19,80)	0,001
	Até três salários mínimos	44 (31,43)	26 (45,61)	70 (35,53)	
	Mais de três salários mínimos	81 (57,86)	7 (12,28)	88 (44,67)	
	Total	140 (100)	57 (100)	197 (100)	

Com relação à variável idade, pode-se observar, na Tabela 1, que a maioria dos egressos tinha idade menor que 25 anos quando do ingresso na universidade em ambos os grupos, cujos percentuais correspondem a 61,43% (86) aos não ProUni e 84,21% (48) aos ProUni. Em extensão, o percentual total foi de 68,02% (134). Houve relação estatisticamente significativa entre a idade de acesso e os grupos de graduados, com $p=0,003$. Isto significa que o ProUni proporcionou, na Instituição estudada, o acesso à Educação Superior de um grupo de alunos com idade menor de 25 anos, uma vez que o esperado, para esse grupo, era de 68,02% e o encontrado foi de 84,21%. Tais dados vão ao encontro dos dados apresentados no Censo da Educação Superior de 2013,⁴ o qual indica a maioria ingressante na faixa etária menor de 25 anos. Além disso, tais dados contemplam a Meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE), Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014 – decênio 2014-2024 –, que objetiva aumentar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos (BRASIL, 2014).

Para a variável raça/etnia, embora o número de respondentes seja maior para o valor raça branca em ambos os grupos, o grupo ProUni apresentou uma proporção de não brancos maior, não havendo relação estatisticamente significativa entre a raça e os grupos de egressos, com $p=0,493$. O

⁴ No Censo de 2005 tal informação não consta.

percentual para não brancos no grupo ProUni foi de 15,78% (15) e no grupo não ProUni de 12,14% (17). Esse percentual no grupo ProUni é mais próximo ao encontrado entre a população adulta alfabetizada do Rio Grande do Sul identificada pelo censo populacional de 2010, realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que foi de 16,2% de não brancos⁵. De acordo com os dados apresentados no Sispruni (2015) referentes ao total nacional de bolsistas, o maior percentual por raça, até o segundo semestre de 2014, correspondia a 45,8% para brancos, seguido por pardos com 38,2%. O Censo de 2010 do IBGE identificou na população adulta alfabetizada 49,1% de brancos e 41,5% de mulatos. Assim, em ambos os estudos o percentual de não brancos é mais similar à população identificada pelo Censo do IBGE, mas talvez não seja o suficiente para compensar os números favoráveis existentes de brancos na Educação Superior.

Quanto à renda *per capita* mensal dos egressos quando do ingresso na universidade em 2005, percebe-se que houve relação estatisticamente significativa entre essa variável e os grupos estudados, com $p=0,001$. A maioria do grupo não ProUni (57,86% ou 81 participantes) apresentava renda superior a três salários mínimos. Já entre os bolsistas ProUni somente 12,28% (7) dos respondentes assinalaram ter renda *per capita* mensal superior a três salários mínimos. Mesmo com proporção bem menor esse fato chama a atenção, pois tais respondentes não contemplariam as condições de concessão da bolsa ProUni, as quais regem, para a concessão integral, uma renda *per capita* mensal de até um salário mínimo e meio, e, para a bolsa parcial, a renda *per capita* de até três salários mínimos mensais. Tal fato pode ser explicado por diferentes situações, entre elas: o sentimento de inferioridade em admitir uma renda mínima; a não atenção ao responder à questão, pois a mesma se referia à renda quando do ingresso; ou terem uma renda informal a qual não foi declarada quando do acesso à universidade. Também se observa, acerca da renda *per capita* de acesso, que há, em ambas as possibilidades de concessão da bolsa ProUni, graduados que não foram bolsistas e encontravam-se em condições de tê-la. Da mesma maneira havia, na Instituição em foco, estudantes com as mesmas características salariais dos bolsistas ProUni que concluíram a Graduação sem a bolsa, mesmo sendo mercedores dela: 10,71% (15) bolsa integral e 31,43% (44) bolsa parcial.

Na Tabela 2 consta o grau de estudo dos pais e das mães dos egressos ProUni e não ProUni. Como pode ser observado, o maior valor percentual para a variável escolaridade do pai entre os que não foram bolsistas ProUni está no Ensino Médio, com 33,57% (47). Entre os que foram bolsistas ProUni, o maior percentual ficou para até o Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) com 47,37% (27). Para a variável escolaridade da mãe, o maior percentual, entre os não ProUni, ficou para até o Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) ou menos, com 35,71% (50). Já entre os proUnistas o maior valor ficou para o Ensino Médio, com 38,60% (22).

Não houve relação estatisticamente significativa entre o grau de escolaridade do pai e da mãe e os grupos de egressos, com $p=0,280$ para a escolaridade do pai e $p=0,654$ para a da mãe. Embora não tenha havido relação estatisticamente significativa entre a escolaridade dos pais e os grupos de egressos, destaca-se que tanto para os pais quanto para as mães o maior percentual encontra-se na escolaridade até o Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) ou menos. Autores como Pascarella e Terenzini (1991, 2005) trazem em suas pesquisas que estudantes com pais graduados têm quase cinco vezes mais probabilidades de ter um diploma universitário do que os estudantes de primeira geração, ou seja, aqueles em que os pais ou irmãos não possuem a formação universitária.

⁵ Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/Tabela/listabl.asp?c=3176&z=cd&o=7>>.

Tabela 2
Nível de estudo do pai e da mãe dos egressos ProUni e não ProUni

Variável	Valores	Não ProUni	ProUni	Total	Associação entre ser ProUni ou não ProUni χ^2 , df
		Fr. (%)	Fr. (%)	Fr. (%)	
PAI	Até Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) ou menos	46 (32,86)	27 (47,37)	73 (37,06)	0,280
	Até Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	28 (20,0)	9 (15,79)	37 (18,78)	
	Ensino Médio	47 (33,57)	16 (28,07)	63 (31,98)	
	Educação Superior ou mais	19 (13,57)	5 (8,77)	24 (12,18)	
	Total	140 (100)	57 (100)	197 (100)	
MÃE	Até Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) ou menos	50 (35,71)	18 (31,58)	68 (34,52)	0,654
	Até Ensino Fundamental (5ª a 8ª séries)	26 (18,57)	9 (15,79)	35 (17,77)	
	Ensino Médio	41 (29,99)	22 (38,60)	63 (31,98)	
	Educação Superior ou mais	23 (16,43)	8 (14,03)	31 (15,74)	
	Total	140 (100)	57 (100)	197	

Na Tabela 3 consta o tipo de escola onde os egressos realizaram a Educação Básica, ou seja, pública ou privada, e, se privada, se foi com bolsa ou não. Isto dá elegibilidade quanto aos critérios exigidos pelo ProUni no que diz respeito à escolaridade de Ensino Médio do bolsista.

É possível observar nos percentuais atribuídos às respostas na Tabela 3, que um bolsista ProUni indicou ter estudado integralmente em instituição privada sem bolsa de estudos. Tal fato merece atenção, uma vez que esse mesmo respondente assinalou, na questão referente à renda *per capita*, ser a mesma maior que três salários mínimos mensais. A atenção e o rigor na documentação dos contemplados com a bolsa necessita, portanto, ter um forte acompanhamento, tanto quando do ingresso quanto durante o percurso acadêmico. Tal acompanhamento tem de ser realizado por ambos os responsáveis pela concessão, ou seja, governo e universidade. A esse respeito, uma auditoria realizada pela Controladoria Geral da União (CGU) acerca das bolsas concedidas de 2005 a 2012, identificou diferentes irregularidades, entre elas o não cumprimento da renda *per capita* mensal (Brasil, 2015). Não houve relação estatisticamente significativa entre os grupos de egressos e a variável “critérios de elegibilidade quanto à escolaridade anterior”, com $p=0,135$.

Tabela 3

Distribuição dos respondentes quanto ao Critério de Elegibilidade em relação à escolaridade anterior e curso de ingresso dos graduados ProUni e não ProUni

Variável	Valores	Não ProUni	ProUni	Total	Associação entre ser ProUni ou não ProUni χ^2 , df
		Fr. (%)	Fr. (%)	Fr. (%)	
Critério de elegibilidade quanto à escolaridade anterior	Aplicável para ambos os grupos	130 (92,86)	56 (98,25)	186 (94,42)	0,135
	Não aplicável para ProUni	10 (7,14)	1 (1,75)	11 (5,58)	
	Total	140 (100)	57 (100)	197 (100)	
Curso de ingresso	Não Licenciatura	87 (62,14)	27 (47,37)	114 (57,87)	0,057
	Licenciatura	53 (37,86)	30 (52,63)	83 (42,13)	
	Total	140 (100)	57 (100)	197 (100)	

Ainda na Tabela 3 tem-se a variável curso de ingresso, cujo maior percentual, nos cursos de não licenciatura, está entre os não ProUni, com 62,14% (87). Já para os cursos de licenciatura, o maior percentual está para os ProUni, com 52,63% (30). O Censo de 2013, referente à Educação Superior do Brasil, indica maior número de estudantes matriculados em cursos de não licenciatura (INEP, 2013). Tais resultados são esperados, pois a maior quantidade de cursos oferecidos na Educação Superior é de não licenciatura, o mesmo ocorrendo na IES em questão, que ofereceu, em 2005,⁶ o montante de 17 cursos de não licenciatura⁷ e 9 de licenciatura.⁸

O Qui-quadrado realizado apresentou um indicativo de significância estatística entre os grupos de egressos e a variável curso de ingresso, com $p=0,057$. Isto se justifica pelo fato de se esperar um percentual médio de ingressantes nos cursos de não licenciatura de 57,87% (114), e o encontrado entre os bolsistas foi de 47,37% (27), isto é, 10,5% menor que o esperado, com consequente maior proporção de bolsistas nos cursos de licenciatura. Tais resultados podem indicar uma propensão de ingressantes ProUni em cursos de licenciatura.

Na Tabela 4 encontram-se os resultados das análises das variáveis que envolveram as razões para a escolha do curso, analisadas pelo Alpha de Cronbach. Nessa análise, as variáveis (questões) apresentaram *clusters*, ou seja, agruparam-se em dois fatores relacionados à escolha do curso: extrínsecos (relacionados às necessidades primárias da pessoa – *maintenance factors*) e intrínsecos (relacionados às necessidades de realização pessoal – *motivating factors*). Tais resultados podem ser considerados emergentes desta análise. Assim, buscou-se na teoria de Herzberg, a *Two-Factor Theory* (Herzberg, 1971; Herzberg, Mausner; Peterson & Capwell, 1957; Herzberg; Mausner & Snyderman, 1959, 2005), o apoio ao resultado emergido. Como podem ser observadas, as questões referentes à escolha de o curso se dar pela oportunidade de novas aprendizagens, pela possibilidade de enfrentar

⁶ O Censo de 2005 não apresenta os dados por cursos de licenciatura e outros, mas, sim, por Áreas Gerais, Áreas Detalhadas e Programas e/ou Cursos.

⁷ Administração, Agronomia, Arquitetura e Urbanismo, Ciências Sociais, Ciências Contábeis, Comunicação Social, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil, Farmácia, Fisioterapia, Informática, Medicina Veterinária, Nutrição, Psicologia, Sistema de Informação e Transações Imobiliárias.

⁸ Artes Plásticas, Artes Visuais, Ciências Biológicas, Educação Física, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Programa de Formação de Professores em Serviço (P.F.P.S.).

novos desafios e pelo interesse em fazer algo útil para a sociedade, correspondem a fatores intrínsecos (de realização pessoal). O Alpha de Cronbach encontrado para os fatores intrínsecos foi de 0,7680, o qual é considerado uma consistência interna alta ($0.75 < \alpha \leq 0.90$; Cronbach & Shavelson, 2004; Freitas % Rodrigues, 2005). As variáveis (questões) referentes aos fatores extrínsecos à escolha do curso são: o desejo do reconhecimento profissional, as perspectivas de trabalho, as necessidades do mercado de trabalho, a estabilidade no trabalho e o retorno econômico (salário). O Alpha de Cronbach encontrado para essas variáveis foi alto, correspondendo a uma consistência interna de 0,8742.

Tabela 4

Distribuição dos fatores componentes no teste Alpha de Cronbach

Indicadores de escolha do curso	DIMENSÃO TEÓRICA	
	Contribuição de cada fator componente no teste	
Variáveis	Fatores extrínsecos (<i>maintenance factors</i>)	Fatores intrínsecos (<i>motivating factors</i>)
Novas aprendizagens	0,1622	0,8046
Enfrentar novos desafios	0,2235	0,8271
Fazer alguma coisa útil para a sociedade	0,0583	0,8181
Reconhecimento profissional	0,8159	0,1959
Perspectivas de trabalho	0,8313	0,2013
Necessidade do mercado de trabalho	0,6319	0,2150
Estabilidade no trabalho	0,8824	0,1642
Retorno econômico	0,8435	0,0133
Consistência Interna (Alpha)	0,8742	0,7680

Ainda referente aos fatores extrínsecos e intrínsecos, foram verificadas as médias para ambos os grupos de egressos acerca dos *clusters* formados. Para os fatores intrínsecos, a média geral foi de 4,25, com desvio padrão de 0,813, sendo 4,30 a média e o desvio padrão de 0,785 para o grupo não ProUni, e a média de 4,13 e desvio padrão de 0,875 para o grupo ProUni. A diferença entre as respostas dos dois grupos de egressos foi de 0,171, que obteve um nível indicativo de significância com $p=0,09$ no *T-test*. Desta forma, observa-se que os egressos do grupo não ProUni tendem a ser mais motivados do que os ProUni, por fatores intrínsecos. Para os fatores extrínsecos, a média geral foi de 3,5107 com desvio padrão de 1,055, sendo 3,5100 a média e o desvio padrão de 1,04 para o grupo não ProUni, e a média de 3,5123 e desvio padrão de 1,10 para o grupo ProUni. A diferença das médias entre os dois grupos foi de 0,0023, não havendo diferença estatisticamente significativa entre os dois grupos de respondentes, com $p=0,50$ no *T-test*.

Conclusão

O percurso e, por consequência, a formação acadêmica, podem ser considerados duas fases relevantes ao desenvolvimento social, cultural, cognitivo e profissional de uma pessoa. O primeiro pelo desenvolvimento e/ou transformação proporcionados ao ser e fazer da pessoa durante o período na universidade, que a prepara para o contínuo em sociedade. O segundo pelo perfil de indivíduos inseridos no contexto social, ou seja, um egresso com um perfil capaz de melhor intervir na sociedade, contribuindo no desenvolvimento social e econômico da nação. Anterior a isso,

entretanto, há a questão do acesso à Educação Superior de pessoas oriundas de todas as camadas sociais, não somente das privilegiadas por “características iniciais”, mas, principalmente, das não privilegiadas.

Nesta direção, os dados aqui analisados evidenciam que o ProUni vem criando oportunidades de acesso à Educação Superior a estudantes oriundos de grupos vulneráveis, entre eles aqueles desprovidos de condições socioeconômicas ou segregados por raça ou sexo, respondendo, assim, ao objetivo do Programa.

O estudo em questão evidenciou que o ingresso foi proporcionado a estudantes de uma faixa etária mais jovem em relação aos ingressantes que não foram bolsistas do Programa. Também observou o ingresso de um contingente maior de mulheres. Embora os percentuais quanto à raça tenham sido maiores para a raça branca em ambos os grupos de egressos, destaca-se que o ProUni teve uma proporção maior de não brancos ingressando na universidade em relação aos não bolsistas.

Apesar de o Programa Universidade para Todos estar cumprindo com o objetivo de acesso, destaca-se que houve respondentes que assinalaram ter uma renda *per capita* mensal superior a três salários mínimos, não contemplando a exigência do ProUni referente à renda mensal *per capita*. Este fato merece atenção tanto da universidade em questão quanto do órgão responsável pelo ProUni no Ministério da Educação, tanto no que diz respeito à concessão como à manutenção, uma vez que todo Programa necessita, ao longo de sua existência, de ajustes e aprimoramentos de modo a melhor contemplar seu objetivo. Tal situação é reforçada pelo achado nesta análise acerca de um egresso bolsista com renda, assinalada por ele, acima do estabelecido nas normativas do ProUni, bem como a realização do Ensino Médio, integralmente e sem bolsa, em instituição privada de ensino. Observa-se, ainda, acerca da renda, que houve um número considerável de ingressantes não bolsistas que estavam no mesmo patamar de renda *per capita* mensal de seus colegas prounistas e que, mesmo assim, conseguiram se graduar. Tais evidências remetem a alguns questionamentos: Como melhor controlar e distribuir as bolsas ProUni? O que move e mantém não bolsistas ProUni, que se encontram na mesma faixa salarial exigida pelo Programa, na universidade até a integralização do curso? Até que ponto as críticas voltadas ao Programa Universidade para Todos, no que diz respeito à permanência na universidade, são consistentes, visto a também conclusão da universidade, por um universo de ingressantes, que se encontravam nas mesmas condições financeiras que os bolsistas? Estudos pertinentes a respeito são necessários.

Com relação a diferenças entre egressos que foram bolsistas e aqueles que não foram, observa-se, no quesito escolha do curso, que houve maior proporção de escolha a cursos de licenciatura por bolsistas ProUni quando comparada aos seus pares não bolsistas. Quais as razões que levaram os bolsistas a essa escolha? Novamente evidencia-se a necessidade de estudos capazes de sinalizar os por quês de tal escolha.

Aponta-se, também, embora a escolaridade dos pais não tenha se mostrado estatisticamente significativa entre os grupos de egressos, que tanto as mães quanto os pais tiveram o maior percentual na escolaridade até o Ensino Fundamental (1ª a 4ª séries) ou menos.

Ainda com respeito às “características iniciais”, pode-se considerar como resultados emergentes a esta análise fatores extrínsecos e intrínsecos relacionados às variáveis que envolveram as razões para a escolha do curso. As análises evidenciam que os egressos do grupo não ProUni tendem a ser mais motivados do que os ProUni, por fatores intrínsecos. Logo, os prounistas são mais motivados por fatores extrínsecos.

Necessidades intrínsecas estão relacionadas a fatores mais pessoais, tais como realização pessoal ou a contribuição à sociedade, enquanto as extrínsecas estão relacionadas a aspectos de manutenção da vida, ou seja, aspectos primários de sobrevivência, tais como trabalho e remuneração. Diante disto, conjectura-se a relação das necessidades extrínsecas emergidas nesta análise e a escolha do curso pelos egressos ProUni. Isto é curioso e nos remete ao seguinte

questionamento: Se os bolsistas ProUni apresentaram maior índice às necessidades extrínsecas, por que escolheram cursos de licenciatura, posto que os mesmos não lhes dariam alto padrão salarial na atual conjuntura social brasileira?

Novamente evidencia-se a necessidade de novos estudos abrangendo um contingente maior de egressos de diferentes universidades, cidades e Estados. Somente estudos em âmbito nacional poderão responder tais questionamentos, bem como confirmar ou não os resultados até aqui encontrados acerca do universo de egressos ProUni. Estudos envolvendo aspectos relacionados às “características iniciais”, ao percurso acadêmico e aos resultados de uma formação em nível superior com abordagens comparativas entre egressos bolsistas ProUni ou não bolsistas, poderão indicar em que medida o Programa Universidade para Todos, e em extensão a Educação Superior, vêm contribuindo para melhorias na vida da população e no contínuo do desenvolvimento do país. Para tanto, é imprescindível o apoio do governo federal no que diz respeito ao desenvolvimento de pesquisas voltadas a tais temáticas, em especial o ProUni, uma vez que somente faz sentido um Programa de Ação Afirmativa existir se é possível entender o quanto ele está tendo efeito na e para a sociedade.

Referências

- Acock, A. C. A. (2014). *Gentle Introduction to Stata* (4th ed.). TX: Stata Press.
- Aguiar, C. C. de, Esteves, C. S., Mello, M. M. de, Itaqui, G. W. de, Iatchac, F. O., & Lopes, R. M. F. (November, 2011). Mulher, mercado de trabalho e construção do núcleo familiar. *On-line Revista de Psicologia*, 5(15). Disponível em: idonline.emnuvens.com.br/id/article/download/15/15. Acesso em: 26 de jul. de 2017.
- Almeida, S. M. L. de. (2006). *Acesso à educação superior no Brasil: Uma cartografia da legislação de 1824 a 2003*. (Tese Doutorado em Educação) Universidade Federal do Rio grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Andrade, C. Y. de. (2012). Acesso ao ensino superior no Brasil: equidade e desigualdade social. Disponível em: <https://www.revistaensinosuperior.gr.unicamp.br/artigos/acesso-ao-ensino-superior-no-brasil-equidade-e-desigualdade-social>. Acesso em: 02 de janeiro de 2016.
- Astin, A. W. (1977). *Four Critical Years. Effects of College on Beliefs, Attitudes, and Knowledge*. San Francisco, Calif.: Jossey-Bass.
- Astin, A. W. (1991). *Assessment for excellence: The philosophy and practice of assessment and evaluation in higher education*. New York: American Council on Education/Macmillan.
- Astin, A. W. (1993). *What matters in college? Four critical years revisited*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Barbosa, E. J. (2012). *A educação superior e o proletariado: O acesso às universidades pela classe operária no ABC paulista*. (Dissertação Mestrado em Educação) Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Baroni, J. M.B. (2010). *Acesso ao ensino superior público: realidade e alternativas*. (Tese Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.

- Benitez, E. A. de S. M. (2007). *A expansão dos cursos de graduação em enfermagem no Brasil no período de 1991 – 2005*. (Dissertação Mestrado em Educação) – Universidade Católica de Petrópolis – Petrópolis.
- Bós, Â. J. G. (2012). *Epi Info® sem mistérios: um manual prático* [recurso eletrônico]. Porto Alegre : EDIPUCRS. Disponível em: ebooks.pucrs.br/edipucrs/epiinfo.pdf. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Brasil. (2005). Lei no 11.096, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade para Todos – PROUNI, 2005. Presidência da República. Brasília, DF: *Diário Oficial da União*. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/LEI/L11096.htm Acesso em 06 de jan. de 2015.
- Brasil. (2014). Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 26 jun. 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm Acesso em: 10 de dez. de 2015.
- Brasil. (2015). Controladoria Geral da União. Secretaria Federal de Controle Interno. *Relatório de Avaliação da Execução de Programas de Governo nº 35 Programa Universidade para Todos – ProUni*.
- Carneiro, W. A. (2006). *Educação a distância: catalizadora do acesso à educação superior na Bahia*. (Dissertação Mestrado em Administração Estratégica) – Universidade Salvador (UNIFACS), Salvador. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Carvalho, J. O. F. de. (2001). *Soluções tecnológicas para viabilizar o acesso do deficiente visual a educação a distância no ensino superior*. (Tese Doutorado em Engenharia Elétrica e de Computação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em 06 de jan. de 2016.
- Carvalho, C. H. A. (2011). *A política Pública para a educação superior no Brasil (1995-2008): Ruptura e/ou continuidade?* (Tese Doutorado em Ciências Econômicas) – Universidade Estadual de Campinas, São Paulo.
- Corcini, M. M. (2007). *Políticas públicas de acesso à educação superior no Brasil*. (Dissertação Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Costa, F. S. (2012). *O ProUni e seus egressos: uma articulação entre educação, trabalho e juventude*. (Tese Doutorado em Educação: Currículo) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Cronbach, L. J., & Shavelson, R. J. (2004). My Current Thoughts on Coefficient Alpha and Successor Procedures. *Educational and Psychological Measurement*, 64(3), 391-418.
- Felicetti, V. L. (2011). *Comprometimento do estudante: um elo entre aprendizagem e inclusão social na qualidade da educação superior*. (Tese Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade do Rio Grande do Sul, Rio Grande do Sul.
- Felicetti, V. L. (2012). Graduados ProUni: um estudo comparativo entre licenciados e não licenciados. *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, 23(53), 280-301. Disponível me: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/eae/arquivos/1767/1767.pdf> Acesso em: 02 de julho. de 2017.
- Felicetti, V. L.; Morosini, M. C. & Somers, P. (2013, Agosto). Affirmative Action in the Quality of Higher Education: The Voices of Graduates of the University for All Program. *Policy*

- Futures in Education*, 11(4) 401-413. doi: 10.2304/pfie.2013.11.4.401 Disponível em: <http://pfe.sagepub.com/content/11/4/401.short>. Acesso em 02 de jan. de 2016.
- Feldman, K. A. & Newcomb, T. M. (1969). *The impact of college on students*. San Francisco: Jossey-Bass.
- Feldman, M. R. dos S. (2010). *Histórias que se cruzam na significação social dada ao Programa Universidade para Todos*. (Dissertação Mestrado em Educação) – Universidade de Nove de Julho, São Paulo.
- Ferreira, G. R. (2009). *Os impactos diretos e indiretos do Pronuni em trajetórias juvenis. Estudo de caso com jovens em uma IES, em Salvador*. (Dissertação Mestrado em Políticas Sociais e Cidadania). Universidade Católica de Salvador, Salvador.
- Freitas, A. L. P., & Rodrigues, S. G. R. (2005). A avaliação da confiabilidade de questionários: uma análise utilizando o coeficiente Alfa de Cronbach. *XII SIMPEP*- Bauru, SP 7 a 9 de novembro de 2005.
- Gianezini, K. J. de M. D. (2014). *Educação e sociedade: a expansão do ensino superior jurídico e o acesso de minorias étnicas*. (Tese Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Gonçalves de Sousa, A. M. (2008). *Financiamento Público estudantil do ensino superior: uma análise comparativa dos casos do Brasil e de Portugal*. (Tese Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Goiás, Goiás.
- Herzberg, F. (1971). *Work and the nature of man*. New York: World Publishing.
- Herzberg, F., Mausner, B., & Snyderman, B. B. (1959). *The Motivation to Work* (2nd ed.). New York: John Wiley.
- Herzberg, F., Mausner, B., Snyderman, B. B. (2005). *The motivation to work*. New Jersey: Transaction Publishers.
- Herzberg, F., Mausner, B., Peterson, R. O., & Capwell, D. (1957). *Job attitudes: Review of research and opinion*. Pittsburgh, PA: Psychological Service of Pittsburgh.
- IBGE. (2013). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD*. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalhoerendimento/pnad2013/default_sintese.shtm. Acesso em: 09 de jan. de 2016.
- INEP. (2005). *Sinopse da Educação Superior de 2005*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em: 02 de jan. de 2016.
- INEP. (2013). *Projeções 2013 População. Sinopse Estatística da Educação Superior – 2013*. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/superior-censosuperior-sinopse>. Acesso em 18 de jul. de 2015.
- Kerlinger, F. (1984). *Foundations of behavioral research: educational and psychological inquiry*. New York: Holt Rinehart.
- Krames, I. P. (2010). *Na trilha do PROUNI: implantação, acompanhamento e perspectivas em uma instituição de ensino superior de Santa Catarina*. (Tese Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.
- Lordsleem, N. L. C. (2011). *Democratização do acesso ao ensino superior: os cursos de graduação à distância na UFRN*. (Dissertação Mestrado em Administração) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal. Disponível em: <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Lima, F. J. S. (2007). *Identidade étnico-racial no contexto das políticas de ação afirmativa*. (Dissertação Mestrado em Educação?) Escola Superior de Teologia, São Leopoldo: EST/IEPG.
- Maia, M. G. B. (2007). *Políticas de acesso a educação superior: o sistema de cotas para negros*. (Dissertação Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba. Disponível

- em:
<http://bdt.d.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Marconi, M. de A., & Lakatos, E. M. (2003). *Fundamentos de Metodologia Científica*. São Paulo: Editora Atlas.
- Marinelli, C. R. G. (2010). *Programa Universidade para Todos – Aspectos da cidadania fragmentada*. (Tese Doutorado em Educação) – Universidade Metodista de Piracicaba, São Paulo.
- Mello, C. M. (2007). *Programa universidade para todos – PROUNI: acesso ao Ensino Superior e qualificação. Para quê?* (Dissertação Mestrado em Educação) – Universidade Tuiuti, Paraná.
- Mongim, A. B. (2010). *Título universitário e prestígio social. Percursos sociais de estudantes beneficiários do ProUni*. (Tese Doutorado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro.
- Oliveira, A. P. (2007). *A relação entre o Público e o Privado na Educação superior no Brasil e o programa Universidade para todos (PROUNI): Ambiguidades e contradições*. (Tese Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Pernambuco, Pernambuco.
- Oliveira, C. P. M. de. (2012). *Programa Universidade para Todos: a percepção dos estudantes de uma universidade privada de São Paulo*. 186 f. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo.
- Pascarella, E. T., & Terenzini, P. T. (1991). *How College Affects Students: Findings and Insights from Twenty Years of Research*, Vol. 1. São Francisco: Jossey-Bass.
- Pascarella, E. T., & Terenzini, P. T. (2005). *How College Affects Students: A Third Decade of Research*, Vol. 2. São Francisco: Jossey-Bass: A Wiley Imprint.
- Pereira Filho, E. S. (2011). *Perfil de Jovens Universitários bolsistas do Pronuni: um estudo de caso na Unisinos*. (Tese Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Rio Grande do Sul.
- Reis, A. M. (2008). *Democratização do acesso e políticas afirmativas na Educação Superior*. (Dissertação Mestrado em Educação). Universidade de Sorocaba, Santos.
- Rocha, A. R. M. (2009). *Programa universidade para todos – Pronuni e a pseudo-democratização na contra-reforma da educação superior no Brasil*. (Tese Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Ceará, Ceará.
- Rodrigues, A. C. (2008). *“Passar é fácil, continuar é que é difícil...”* (Dissertação Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.
- Roemer, J. E. (1998). *Equalizing opportunities (in one country) for human development*. Davis, CA: University of California. Disponível em:
<http://idbdocs.iadb.org/wsdocs/getdocument.aspx?docnum=1441472>. Acesso em: 10 abr. de 2015.
- Romanelli, G. (2010). *Famílias de camadas médias e escolarização dos filhos – o estudante-trabalhador*. In.: Nogueira, M. A. R, G. & Zago, N. (Orgs.). *Família e escola: Trajetórias de escolarização em camadas médias e populares* (5ª ed, pp. 99-123). Petrópolis, RJ: Vozes.
- Russo, I. L. (2015). *O vestibular da UNESP: sobre acesso à educação superior e o currículo de geografia na educação básica (2006-2012)*. (Tese Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita – Rio Claro. Disponível em:
<http://bdt.d.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Santos, J. dos. (2013). *Acesso à educação superior: a utilização do Enem/Sisu na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia*. (Dissertação Mestrado em Educação) Universidade Federal da Bahia, Salvador. Disponível em:

- <http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Schlichting, A. M. S. (2002). *Acesso ao ensino superior: uma nova página e múltiplos olhares. Estudo de caso do Sistema de Avaliação do Ensino Médio (SAEM)*. (Dissertação Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em:
<http://bdtd.ibict.br/vufind/Search/Results?lookfor=acesso+a+educa%C3%A7%C3%A3o+superior&type=AllFields&limit=20&sort=relevance>. Acesso em: 06 de jan. de 2016.
- Silva, E. H. de O. (2011). *Financiamento de Bolsas de Estudo para o Ensino Superior: O Programa Universidade para Todos (PROUNI), em Mato Grosso do Sul, no período de 2005 a 2010*. 2011. (Dissertação Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. Mato Grosso do Sul.
- Silva, E. L. da & Menezes, E. M. (2001). *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. (3ª ed.). Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC.
- Silva, F. C. M. (2006). *Políticas públicas de inclusão social e iniciativas de acessibilidade no Ensino Superior particular do triângulo mineiro: uma discussão das tendências na ótica de formadores de opinião*. (Dissertação Mestrado em Educação) – Universidade São Marcos, Minas Gerais.
- SISPROUNI. (2015). Sisprouni de 06/01/2015 Bolsistas ProUni 2005-2º/2014. *Sistema Informatizado do PROUNI, 2015*. Disponível em:
http://prouniportal.mec.gov.br/images/pdf/Representacoes_graficas/bolsistas_por_sexo.pdf. Acesso em: 18 de jul. de 2015.

Sobre o Autores

Vera Lucia Felicetti

Universidade La Salle

vera.felicetti@unilasalle.edu.br; verafelicetti@ig.com.br

<http://orcid.org/0000-0001-6156-7121>

Professora no Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade La Salle, Canoas, RS, Brasil. Doutora em Educação pela Universidade Católica do Rio Grande do Sul com Estágio Doutoral na Universidade do Texas – Austin – Estados Unidos. Pós-doutorado na Universidade de Maryland – College Park – Estados Unidos.

Alberto F. Cabrera

Universidade de Maryland- College Park – Estados Unidos

cabrera@umd.edu

<http://orcid.org/0000-0002-7451-8983>

Professor no Departamento de Aconselhamento, Educação Superior e Educação Especial da Faculdade de Educação da Universidade de Maryland- College Park – Estados Unidos.

Ph.D. em Administração Educacional pela Universidade de Wisconsin-Madison – Estados Unidos.

arquivos analíticos de políticas educativas

Volume 26 Número 39

19 de março de 2018

ISSN 1068-2341



O Copyright é retido pelo/a o autor/a (ou primeiro co-autor) que outorga o direito da primeira publicação à revista **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**. Más informação da licença de Creative Commons encontram-se em <http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/2.5>. Qualquer outro uso deve ser aprovado em conjunto pelo/s autor/es e por AAPE/EPAA. AAPE/EPAA é publicada por *Mary Lou Fulton Institute Teachers College da Arizona State University*. Os textos publicados em **AAPE** são indexados por CIRC (Clasificación Integrada de Revistas Científicas, Espanha) DIALNET (Espanha), [Directory of Open Access Journals](#), Education Full Text (H.W. Wilson), EBSCO Education Research Complete, ERIC, QUALIS A1 (Brasil), SCImago Journal Rank; SCOPUS, SOCOLAR (China).

Curta a nossa comunidade EPAA's Facebook <https://www.facebook.com/EPAAAPE> e Twitter feed @epaa_aape.

arquivos analíticos de políticas educativas
conselho editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editoras Associadas: **Kaizo Iwakami Beltrao**, (Brazilian School of Public and Private Management - EBAPE/FGV, Brazil), **Geovana Mendonça Lunardi Mendes** (Universidade do Estado de Santa Catarina), **Gilberto José Miranda**, (Universidade Federal de Uberlândia, Brazil), **Marcia Pletsch, Sandra Regina Sales** (Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro)

Almerindo Afonso

Universidade do Minho
Portugal

Alexandre Fernandez Vaz

Universidade Federal de Santa
Catarina, Brasil

José Augusto Pacheco

Universidade do Minho, Portugal

Rosanna Maria Barros Sá

Universidade do Algarve
Portugal

Regina Célia Linhares Hostins

Universidade do Vale do Itajaí,
Brasil

Jane Paiva

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Maria Helena Bonilla

Universidade Federal da Bahia
Brasil

Alfredo Macedo Gomes

Universidade Federal de Pernambuco
Brasil

Paulo Alberto Santos Vieira

Universidade do Estado de Mato
Grosso, Brasil

Rosa Maria Bueno Fischer

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Jefferson Mainardes

Universidade Estadual de Ponta
Grossa, Brasil

Fabiany de Cássia Tavares Silva

Universidade Federal do Mato
Grosso do Sul, Brasil

Alice Casimiro Lopes

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Jader Janer Moreira Lopes

Universidade Federal Fluminense e
Universidade Federal de Juiz de Fora,
Brasil

António Teodoro

Universidade Lusófona
Portugal

Suzana Feldens Schwertner

Centro Universitário Univates
Brasil

Debora Nunes

Universidade Federal do Rio Grande
do Norte, Brasil

Lílian do Valle

Universidade do Estado do Rio de
Janeiro, Brasil

Flávia Miller Naethe Motta

Universidade Federal Rural do Rio de
Janeiro, Brasil

Alda Junqueira Marin

Pontifícia Universidade Católica de
São Paulo, Brasil

Alfredo Veiga-Neto

Universidade Federal do Rio Grande
do Sul, Brasil

Dalila Andrade Oliveira

Universidade Federal de Minas
Gerais, Brasil

archivos analíticos de políticas educativas consejo editorial

Editor Consultor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Editores Asociados: **Armando Alcántara Santuario** (Universidad Nacional Autónoma de México), **Jason Beech** (Universidad de San Andrés), **Angelica Buendia** (Metropolitan Autonomous University), **Ezequiel Gomez Caride** (Pontificia Universidad Católica Argentina), **Antonio Luzon** (Universidad de Granada), **José Luis Ramírez Romero** (Universidad Autónoma de Sonora, México)

Claudio Almonacid

Universidad Metropolitana de
Ciencias de la Educación, Chile

Miguel Ángel Arias Ortega

Universidad Autónoma de la
Ciudad de México

Xavier Besalú Costa

Universitat de Girona, España

Xavier Bonal Sarro Universidad
Autónoma de Barcelona, España

Antonio Bolívar Boitia

Universidad de Granada, España

José Joaquín Brunner Universidad
Diego Portales, Chile

Damián Canales Sánchez

Instituto Nacional para la
Evaluación de la Educación,
México

Gabriela de la Cruz Flores

Universidad Nacional Autónoma de
México

Marco Antonio Delgado Fuentes

Universidad Iberoamericana,
México

Inés Dussel, DIE-CINVESTAV,
México

Pedro Flores Crespo Universidad
Iberoamericana, México

Ana María García de Fanelli

Centro de Estudios de Estado y
Sociedad (CEDES) CONICET,
Argentina

Juan Carlos González Faraco

Universidad de Huelva, España

María Clemente Linuesa

Universidad de Salamanca, España

Jaume Martínez Bonafé

Universitat de València, España

Alejandro Márquez Jiménez

Instituto de Investigaciones sobre la
Universidad y la Educación,
UNAM, México

María Guadalupe Olivier Tellez,
Universidad Pedagógica Nacional,
México

Miguel Pereyra Universidad de
Granada, España

Mónica Pini Universidad Nacional
de San Martín, Argentina

Omar Orlando Pulido Chaves

Instituto para la Investigación
Educativa y el Desarrollo
Pedagógico (IDEP)

Paula Razquin Universidad de San
Andrés, Argentina

José Ignacio Rivas Flores

Universidad de Málaga, España

Miriam Rodríguez Vargas

Universidad Autónoma de
Tamaulipas, México

José Gregorio Rodríguez

Universidad Nacional de Colombia,
Colombia

Mario Rueda Beltrán Instituto de
Investigaciones sobre la Universidad
y la Educación, UNAM, México

José Luis San Fabián Maroto

Universidad de Oviedo,
España

Jurjo Torres Santomé, Universidad
de la Coruña, España

Yengny Marisol Silva Laya

Universidad Iberoamericana,
México

Ernesto Treviño Ronzón

Universidad Veracruzana, México

Ernesto Treviño Villarreal

Universidad Diego Portales
Santiago, Chile

Antoni Verger Planells

Universidad Autónoma de
Barcelona, España

Catalina Wainerman

Universidad de San Andrés,
Argentina

Juan Carlos Yáñez Velazco

Universidad de Colima, México

education policy analysis archives
editorial board

Lead Editor: **Audrey Amrein-Beardsley** (Arizona State University)

Executive Editor: **Gustavo E. Fischman** (Arizona State University)

Associate Editors: **David Carlson, Lauren Harris, Eugene Judson, Mirka Koro-Ljungberg, Scott Marley, Iveta Silova, Maria Teresa Tatto** (Arizona State University)

Cristina Alfaro San Diego State University

Gary Anderson New York University

Michael W. Apple University of Wisconsin, Madison

Jeff Bale OISE, University of Toronto, Canada

Aaron Bevanot SUNY Albany

David C. Berliner Arizona State University

Henry Braun Boston College

Casey Cobb University of Connecticut

Arnold Danzig San Jose State University

Linda Darling-Hammond Stanford University

Elizabeth H. DeBray University of Georgia

Chad d'Entremont Rennie Center for Education Research & Policy

John Diamond University of Wisconsin, Madison

Matthew Di Carlo Albert Shanker Institute

Sherman Dorn Arizona State University

Michael J. Dumas University of California, Berkeley

Kathy Escamilla University of Colorado, Boulder

Melissa Lynn Freeman Adams State College

Rachael Gabriel University of Connecticut

Amy Garrett Dikkers University of North Carolina, Wilmington

Gene V Glass Arizona State University

Ronald Glass University of California, Santa Cruz

Jacob P. K. Gross University of Louisville

Eric M. Haas WestEd

Julian Vasquez Heilig California State University, Sacramento

Kimberly Kappler Hewitt University of North Carolina Greensboro

Aimee Howley Ohio University

Steve Klees University of Maryland

Jaekyung Lee SUNY Buffalo

Jessica Nina Lester Indiana University

Amanda E. Lewis University of Illinois, Chicago

Chad R. Lochmiller Indiana University

Christopher Lubienski Indiana University

Sarah Lubienski Indiana University

William J. Mathis University of Colorado, Boulder

Michele S. Moses University of Colorado, Boulder

Julianne Moss Deakin University, Australia

Sharon Nichols University of Texas, San Antonio

Eric Parsons University of Missouri-Columbia

Amanda U. Potterton University of Kentucky

Susan L. Robertson Bristol University, UK

Gloria M. Rodriguez University of California, Davis

R. Anthony Rolle University of Houston

A. G. Rud Washington State University

Patricia Sánchez University of University of Texas, San Antonio

Janelle Scott University of California, Berkeley

Jack Schneider College of the Holy Cross

Noah Sobe Loyola University

Nelly P. Stromquist University of Maryland

Benjamin Superfine University of Illinois, Chicago

Adai Tefera Virginia Commonwealth University

Tina Trujillo University of California, Berkeley

Federico R. Waitoller University of Illinois, Chicago

Larisa Warhol University of Connecticut

John Weathers University of Colorado, Colorado Springs

Kevin Welner University of Colorado, Boulder

Terrence G. Wiley Center for Applied Linguistics

John Willinsky Stanford University

Jennifer R. Wolgemuth University of South Florida

Kyo Yamashiro Claremont Graduate University